

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023 e relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE” ou “Sociedade”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2023.

1) A Sociedade

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Sociedade” ou “XRTE”), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Sociedade espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

	2.792,29
Extensão de linhas em km:	
Tensão em kV:	800/500
Subestações próprias/acessadas:	3

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

A Resolução Homologatória nº 3.216 publicada em 4 de julho de 2023, estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2023/2024, com acréscimo na RAP de R\$ 62.089.496 (sessenta e dois milhões, oitenta e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais), vide nota explicativa 1.2.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
• Liquidez geral	1,50	1,44
• Liquidez corrente	4,69	3,27
• Relação patrimônio líquido/ativo	33,49%	30,69%
• Relação passivo não circulante/ativo	62,87%	65,26%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	16,40%	13,99%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	36,14%	37,77%
Ativos totais – R\$	14.177.565.395	13.339.021.034
Lucro líquido do exercício – R\$	778.850.170	572.612.767

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Praticamos um diálogo direto com nossos acionistas e, para fortalecer o relacionamento com as partes interessadas no negócio, em 2023 nos aprofundamos em avaliar nossa estrutura de governança e criamos um novo departamento de Governança Corporativa que é composto por cinco gerências: Assuntos de Governança Corporativa, Regulatório de Relacionamento, Compliance e Privacidade, Cultura de Comunicação Corporativa e Gestão Administrativa e Supervisão. O novo departamento vai integrar divisões multidisciplinares e suas funções de gestão, fortalecendo a governança da empresa, de acordo com as melhores práticas do mercado.

O Grupo é representado em sua instância máxima de governança pelo Comitê Sênior de Gestão (SMC). O órgão é composto por executivos com reconhecida experiência no setor elétrico. As decisões do SMC são apoiadas por oito comitês especialistas em temas estratégicos. Em 2023, também introduzimos um novo sistema de governança que através da sua implementação a rastreabilidade e eficiência dos processos de tomadas das decisões foram aprimoradas.

Com a criação de uma área dedicada ao ESG (Environment, Social, Governance), impulsionamos medidas relevantes como a viabilização das debêntures verdes na implantação da Silvânia Transmissora de Energia (STE); a mensuração das emissões de gases-estufa, bem como a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A adesão ao Pacto Global materializou o empenho da SGBH em gerar valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade. Com isso, estaremos cada vez mais alinhados ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o objetivo corporativo de transmitir energia de forma sustentável e mediante condutas transparentes. Assim, seguiremos gerando valor não apenas para o negócio, mas para toda a sociedade.

5) Gestão de Riscos

Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho.

Dispomos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e

comunidades locais e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e a SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Risks”), além de desenvolver o ambiente de controles internos de todos os riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria.

6) Ética, Transparência e Compliance

Nossas práticas de ética e compliance estão expressas no Código de Ética e Conduta, existente desde 2020. O documento apresenta nosso compromisso e respeito à legislação local e internacional, bem como nossos valores corporativos de estabelecer relações baseadas em integridade, ética e transparência nas relações com nossos colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros de negócio e concorrentes.

Em 2023, fizemos atualizações importantes neste documento, a fim de darmos destaque ao Canal de Ética e, ainda, criamos tópicos específicos sobre o nosso compromisso com os Direitos Humanos, combate ao Assédio Moral e Sexual no ambiente de trabalho, e luta contra Fraude e Corrupção. Além disso, para todos os tópicos, foram incluídos exemplos práticos da conduta esperada e do que não será tolerado pela SGBH, tornando assim, o Código de Ética e Conduta um guia claro e preciso para ser consultado a qualquer momento.

Com o objetivo aumentar a eficiência na condução do tema, também em 2023, criamos a Divisão de Compliance & Privacidade, parte do Departamento de Governança Corporativa.

Como medida de disseminação interna da prática de conduta ética e compliance, o time de Compliance realiza treinamentos presenciais tanto para as equipes da sede corporativa como nas regionais, para todos os níveis hierárquicos. Além disso, o time de Compliance também é responsável por criar pílulas mensais abordando temas atuais de compliance enviados por e-mail, como privacidade e proteção de dados, igualdade racial e de gênero, diversidade e inclusão e prevenção ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho.

O time de Compliance também realiza o acompanhamento dos relatos recebidos no Canal de Ética. Este importante canal é gerido por uma empresa independente que analisa o conteúdo dos relatos e, após análise inicial, os encaminha ao Time de Compliance, que conduz as investigações em caráter confidencial e as reporta ao Comitê de Ética. Casos críticos são levados ao Comitê Sênior de Gestão, mais alto órgão de governança. Em 2023 não foram identificadas preocupações críticas ao negócio da Companhia.

Em meados de 2022, a Companhia deu mais um grande e significativo passo na jornada ESG, com a assinatura do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), demonstrando que seu compromisso vai muito além da segurança operacional, e que suas práticas de meio ambiente, sustentabilidade e governança estarão cada vez mais alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU, materializando o compromisso da Companhia de transmitir energia de forma sustentável e transparente, gerando valor não só para o negócio, mas para toda a sociedade.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

7) Responsabilidade ambiental e social

O Grupo SGBH vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos

os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. O Grupo também participa de ações sociais junto a Sociedade. Para isso, investimos recursos próprios e incentivados em projetos que promovem a sociedade onde atuamos nos aspectos de emprego e renda, cultura, esporte, saúde e educação. No total, participamos de 13 projetos ou ações que valorizam a população e colocam as comunidades no papel de protagonistas, buscando implementar mecanismos de continuidade, no longo prazo, das iniciativas promovidas. Os projetos incentivados no âmbito das leis de incentivo federais são apoiados de forma continuada Pelo Grupo que promove ações internas de engajamento entre seus colaboradores para também incentivar o voluntariado.

8) Serviços de Auditoria Externa

Em 2023 a empresa teve como auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. O primeiro contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 12 de maio de 2020 com vigência efetiva até o fim de cada ciclo de auditoria sendo este contrato renovado anualmente.

Em cumprimento à revisão da NBC PA 400 alterada pela Revisão da NBC 17, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes da Companhia Exerceram tão e somente serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços. Demonstramos no quadro abaixo a remuneração (honorários e serviços) relacionada aos serviços de auditoria externa:

Remuneração Relacionada aos Serviços de auditoria Externa		
Auditor Independente	2023	2022
KPMG Auditores Independentes	904.386	1.490.621
Total	904.386	1.490.621

A companhia tem como prática alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes.

9) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja a Nota 4.4, 10 e 16 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.</p> <p>De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto.</p> <p>A estimativa do valor do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolveu, em seu reconhecimento inicial, o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Espera-se que as premissas utilizadas para mensuração e reconhecimento inicial permaneçam inalteradas para as mensurações prospectivas em datas-bases subsequentes.</p> <p>Devido à especificidade e relevância dos ativos de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração reconhecidas em conjunto das demonstrações financeiras, além de possuírem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos a atualização dessas rubricas como assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) Entendimento do desenho e implementação dos processos relevantes;(ii) A leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço dos contratos;(iii) Verificação: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; e (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovados pela Companhia, permanecendo inalteradas em relação as premissas utilizadas no exercício anterior;(iv) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração sobre o ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.216/2023 e nº 3.067/2022, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos);(v) Verificação se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados;(vi) A avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

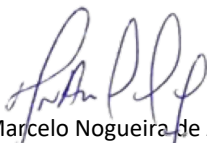
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	534.300.930	192.153.812
Títulos e valores mobiliários	8	200.090.102	-
Concessionárias e permissionárias	7	193.787.114	162.340.592
Contas a receber - partes relacionadas	21	424.663	722.878
Almoxarifado		20.890.687	13.188.817
Adiantamento a fornecedores		567.205	2.037.244
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	71.318.479	47.366.982
Outros impostos a recuperar	9	2.177.681	5.035.209
Despesas antecipadas		4.128.172	4.128.172
Ativos de contrato	10	1.378.972.692	1.330.831.640
Outros ativos circulantes		<u>12.893.228</u>	<u>8.029.266</u>
		2.419.550.953	1.765.834.612
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores imobiliários	8	191.391.161	160.422.521
Ativos de contrato	10	11.563.623.321	11.406.175.542
Outros ativos não circulantes		<u>1.810.495</u>	<u>4.668.325</u>
		11.756.824.977	11.571.266.388
Imobilizado		771.712	965.633
Intangível		<u>418.293</u>	<u>954.401</u>
		1.190.005	1.920.034
Total do ativo		<u>14.177.565.935</u>	<u>13.339.021.034</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores – terceiros	11	106.898.623	158.987.324
Fornecedores - partes relacionadas	21	19.478.332	29.241.680
Obrigações Sociais e trabalhistas		7.872.665	7.550.883
Empréstimos e financiamentos – Terceiros	12	334.761.858	313.342.266
Imposto de renda e contribuição social a pagar		13.322.593	3.423.891
Outros impostos a pagar		17.309.447	14.914.826
Taxas regulamentares		16.228.109	13.345.960
		515.871.627	540.806.830
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos – Terceiros	12	6.239.790.977	6.258.802.762
Impostos diferidos	13	2.659.776.137	2.429.324.190
Outras provisões - compensação ambiental		11.922.706	13.600.754
Provisão para contingências	14	2.241.672	2.806.687
		8.913.731.492	8.704.534.393
Patrimônio líquido	15		
Capital social		2.291.001.000	2.291.001.000
Reserva legal		163.962.975	125.020.466
Reserva de lucros		2.161.618.126	1.619.407.885
Reserva de incentivos fiscais		131.380.715	58.250.460
		4.747.962.816	4.093.679.811
Total do passivo e do patrimônio líquido		14.177.565.935	13.339.021.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	16	1.833.842.423	1.685.636.734
Custo de operação	17	<u>(117.726.417)</u>	<u>(115.736.294)</u>
Lucro bruto		<u>1.716.116.006</u>	<u>1.569.900.440</u>
Despesas gerais e administrativas	18	(64.842.802)	(50.929.971)
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas		<u>(3.327.329)</u>	<u>27.354.228</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>1.647.945.875</u>	<u>1.546.324.697</u>
Resultado financeiro	19	<u>(594.743.658)</u>	<u>(709.265.257)</u>
Receitas financeiras		72.041.284	44.898.747
Despesas financeiras		(666.784.942)	(754.164.004)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>1.053.202.217</u>	<u>837.059.440</u>
IRPJ e CSLL correntes	20	(65.514.797)	(87.643.174)
IRPJ e CSLL diferidos	20	(208.837.250)	(176.803.499)
Lucro líquido do exercício		<u><u>778.850.170</u></u>	<u><u>572.612.767</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	778.850.170	572.612.767
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>778.850.170</u>	<u>572.612.767</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Reserva de Lucros					Total
	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	<u>2.291.001.000</u>	<u>96.389.828</u>	<u>2.133.692.813</u>	<u>33.214.502</u>	<u>-</u>	<u>4.554.298.143</u>
Lucro do exercício	-	-	-	-	572.612.767	572.612.767
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 15)	-	28.630.638	-	-	(28.630.638)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 15)	-	-	-	25.035.958	(25.035.958)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 15)	-	-	-	-	(20.677.509)	(20.677.509)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 15)	-	-	498.268.662	-	(498.268.662)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 15)	-	-	(1.012.553.590)	-	-	(1.012.553.590)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>2.291.001.000</u>	<u>125.020.466</u>	<u>1.619.407.885</u>	<u>58.250.460</u>	<u>-</u>	<u>4.093.679.811</u>
Lucro do exercício	-	-	-	-	778.850.170	778.850.170
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 15)	-	38.942.509	-	-	(38.942.509)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 15)	-	-	-	73.130.255	(73.130.255)	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 15)	-	-	-	-	(15.508.132)	(15.508.132)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 15)	-	-	651.269.274	-	(651.269.274)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 15)	-	-	(109.059.033)	-	-	(109.059.033)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.291.001.000</u>	<u>163.962.975</u>	<u>2.161.618.126</u>	<u>131.380.715</u>	<u>-</u>	<u>4.747.962.816</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício antes dos impostos		1.053.202.217	837.059.440
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos	12	662.430.909	748.026.847
Depreciação e amortização		730.029	680.840
Baixa de imobilizado e intangível		-	284
Rendimento títulos e valores mobiliários		(6.768.863)	(7.773.554)
Provisão para perda de crédito esperada	7	259.612	9.173.206
Provisão para contingência	14	(565.015)	878.496
Outras provisões - compensação ambiental		587.310	1.238.284
Custo de transação de financiamento	12	2.085.490	2.060.367
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias	7	(31.706.134)	(18.991.534)
Contas a receber - partes relacionadas		298.215	(712.602)
Ativo de contrato	10	(205.588.831)	(224.228.216)
Almoxarifado		(7.701.870)	(4.033.409)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(23.951.498)	(1.927.029)
Outros impostos a recuperar		2.857.528	(3.866.806)
Adiantamentos a fornecedores e empregados		1.470.039	(155.977)
Despesas antecipadas		-	1.816.518
Outros ativos		(2.006.132)	(566.679)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores - terceiros		(52.088.701)	(45.774.458)
Fornecedores - partes relacionadas		(9.763.348)	29.204.281
Imposto de renda e contribuição social a pagar		7.933.091	(38.152.088)
Outros impostos a pagar		175.819.345	138.965.808
PIS e COFINS diferido		21.614.698	22.169.002
Compensação ambiental		(2.265.358)	(10.554.720)
Taxas regulamentares		2.882.149	6.003.663
Outros impostos pagos		(175.750.944)	(155.500.807)
Obrigações Sociais e trabalhistas		321.782	1.158.164
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.414.335.721	1.302.180.407
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(63.549.187)	(46.067.195)
Juros pagos	12	(358.191.399)	(358.704.938)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		992.595.135	897.408.274
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		-	(194.934)
Aplicação de Títulos e valores mobiliários		(293.855.123)	(105.185.805)
Resgate de Títulos e valores mobiliários		69.565.244	91.638.929
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		(224.289.879)	(13.741.810)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimo pagos	12	(303.917.193)	(271.721.915)
Dividendos pagos	15	(109.059.033)	(1.012.553.590)
Juros sobre capital próprio pagos	15	(13.181.912)	(17.575.883)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento		(426.158.138)	(1.301.851.388)
(Redução) / Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		342.147.118	(418.184.924)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		192.153.812	610.338.736
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		534.300.930	192.153.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Informações gerais

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 7 de agosto de 2015 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro.

A Companhia iniciou suas operações em 22 de agosto de 2019 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

No dia 22 de outubro de 2015, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2015 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro:

- (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e \pm 800kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. Atualmente a extensão de linhas de eletrodo construída é de aproximadamente 37,33km.
- (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/-75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares.
- (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e \pm 800kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. Atualmente a extensão de linhas de eletrodo construída é de aproximadamente 150,43km.

- (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em $\pm 800\text{kV}$ entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.518km com um cabo de para-raios em fibra óptica. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 2.539,6 km devido à característica do local em que a linha foi implantada.
- (v) Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em circuito duplo, com extensão aproximada de 30km. Atualmente a extensão construída é de aproximadamente 32,47 km cada, devido à característica do local em que a linha foi implantada
- (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (vii) Em 14 de Outubro de 2019, a Companhia teve a sua entrada em operação com recebimento de 100% da RAP através do TLD (termo de liberação definitiva) TDLONS/620/10/2019 emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrica (ONS).

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em R\$988.030.985 (valor histórico estabelecido conforme o contrato de concessão) e é anualmente reajustada pelo IPCA.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 1.411.911.255 (um bilhão, quatrocentos e onze milhões, novecentos e onze mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Em 12 de julho de 2022, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.067/2022 estabeleceu a RAP em R\$ 1.577.545.572 (um bilhão, quinhentos e setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais) para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023.

Em 4 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 1.639.635.068 (um bilhão, seiscentos e trinta e nove milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, sessenta e oito) para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2 Base de preparação e apresentação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 01 de março de 2024.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, estimativa decorrente do ativo diferido sobre prejuízos fiscais, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

3.1 Informação de políticas contábeis materiais

A entidade adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado

em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 4 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

4 Políticas contábeis Materiais

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas na Nota 4 em determinados casos (consulte a nota explicativa 3.1 para obter mais informações).

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;

- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

4.3 Estoques

Os estoques são compostos essencialmente por materiais de almoxarifado que são consumidos conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do exercício e máquinas equipamentos para substituição do ativo de contrato que são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

O custo dos estoques é baseado no método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

4.5 Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor

residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

4.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

4.7 Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.8 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

4.9 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.11 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.12 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.13 Receita operacional

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- (a) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de

transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- (b) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

4.14 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
 - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.15 Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.16 Transações com partes relacionadas

As transações de contas a pagar e a receber com partes relacionadas, como prestação de serviços, são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da companhia:

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 11, a Companhia possui empréstimos bancários com garantias que estão sujeitos a covenants específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

c) Outras normas Contábeis

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	112.889.285	59.804.217
Aplicações financeiras (i)	421.411.645	132.349.595
	534.300.930	192.153.812

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e o saldo da conta reserva do BNDES e das Debêntures em um Fundo de Investimento conforme autorizado no contrato assinado entre as partes. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média de 103,43% do CDI em 2023 e de 102,81% do CDI em 2022. Em 2023, a Companhia teve um aumento expressivo do seu caixa devido a um aumento nas receitas com o reajuste anual da RAP (correção da inflação), aumento da receita financeira em função do CDI que ainda permanece em um patamar elevado e, principalmente, uma redução de 90% do pagamento de dividendos se comparado a 2022.

7 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	165.570.196	160.305.321
Vencidas até 30 dias	564.037	287.589
Vencidas até 60 dias (i)	5.212.995	106.256
Vencidas até 90 dias (i)	12.406.433	200.493
Vencidas há mais de 90 dias (i)	21.075.786	12.223.654
	192.423.014	172.922.820
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(11.042.333)	(10.782.721)
	193.787.114	162.340.592

- (i) O aumento em 2023 é decorrente das provisões de AVCs complementares referentes a rescisões de contrato dos grupos Exus, Newen Energies e Grupo Cassilândia ainda não recebidos.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na

realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(10.782.721)	(1.609.515)
Reversão	-	42.908
Complemento de provisão (i)	<u>(259.612)</u>	<u>(9.216.114)</u>
Saldo final	(11.042.333)	(10.782.721)

- (i) A movimentação refere-se principalmente ao AVC complementar do grupo Quinturaré, que foi provisionado em 2022 e ainda não foi recebido.

8 Títulos e valores mobiliários

Curto Prazo

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicação Santander CDB - XRTE (i)	<u>200.090.102</u>	<u>-</u>
	<u>200.090.102</u>	<u>-</u>

Longo Prazo

	31/12/2023	31/12/2022
Conta reserva – Financiamentos (ii)	<u>191.391.161</u>	<u>160.422.521</u>
	<u>191.391.161</u>	<u>160.422.521</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 12).

- (i) No dia 28/12/2023 devido as condições de prazo e taxa oferecido, a Companhia efetuou uma aplicação em CDB do Banco Santander com prazo de 120 dias e vencimento em 26/04/2023; a entidade não possui possibilidade de utilizar o saldo até a data do vencimento. Foi aplicado um montante de R\$ 200.000.000 (duzentos milhões) a uma taxa de 103% do CDI.
- (ii) Durante todo o prazo do contrato, caso a XRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), a XRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

9 Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ saldo negativo (i)	56.087.649	32.930.312

CSLL saldo negativo (i)	15.219.268	14.426.295
IRRF a recuperar	11.562	10.375
	71.318.479	47.366.982

Outros impostos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
IRRF sobre aplicação financeira (ii)	-	2.672.554
IRRF retido de clientes	753.848	807.770
INSS	707.806	846.954
PIS a recuperar	73.390	73.390
COFINS a recuperar	329.259	329.259
Outros	313.378	305.282
	2.177.681	5.035.209

- (i) Variação refere-se à constituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL do ano de 2022 após envio da ECF do mesmo período.
- (ii) Variação refere-se a IRRF sobre aplicação financeira provisionado em 2022 e utilizado no decorrer de 2023.

10 Ativo de contrato

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	1.378.972.692	1.330.831.640
Não circulante	11.563.623.321	11.406.175.542
	12.942.596.013	12.737.007.182

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.737.007.182
Receita de O&M (i)	306.465.060
Receita de remuneração (ii)	1.565.794.510
Recebimentos (iii)	(1.638.587.153)
Adiantamentos pré-operacionais (iv)	(28.083.586)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	12.942.596.013
Circulante	1.378.972.692
Não circulante	11.563.623.321
Saldo em 31 de dezembro de 2021	12.512.778.966
Receita de O&M (i)	284.772.342
Receita de remuneração (ii)	1.535.749.496
Recebimentos (iii)	(1.580.856.952)
Adiantamentos pré-operacionais (iv)	(15.436.670)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.737.007.182
Circulante	1.330.831.640
Não circulante	11.406.175.542

- (i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.

- (ii) Variação devido ao aumento do saldo de ativo contratual que conseqüentemente aumenta a receita de remuneração.
- (iii) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador.
- (iv) Saldo se refere basicamente a adiantamentos pré-operacionais que serão baixados conforme emissão das notas.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar.
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

11 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para encerramento de obra (i)	71.823.818	112.633.101
Fornecedores relacionados à construção (i)	24.803.570	43.280.161
Gastos ambientais e fundiários	220.321	107.956
Prestadores de serviços	2.422.064	1.640.640
Almoxarifado	1.935.027	181.773
Outros	5.693.823	1.143.693
	<u>106.898.623</u>	<u>158.987.324</u>

- (i) Variação devido a finalização de contratos relacionados à construção no ano de 2023.

12 Empréstimos e financiamentos

a. Total da dívida com terceiros

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2023	31/12/2022
BNDES subcrédito A e B (b)	nov/18	nov/42	SGBH	IPCA+5,62%	5.342.399.732	5.373.633.376
BNDES subcrédito C (b)	Jun/20	Out/38	SGBH	IPCA +5,22%	1.370.072	1.396.775
Debentures (c)	jul/21	dez/34	SGBH	IPCA+4,8304%	<u>1.230.783.031</u>	<u>1.197.114.877</u>
					<u>6.574.552.835</u>	<u>6.572.145.028</u>
Circulante - terceiros					334.761.858	313.342.266
Não circulante - terceiros					<u>6.239.790.977</u>	<u>6.258.802.762</u>
					<u>6.574.552.835</u>	<u>6.572.145.028</u>

b. BNDES - Direto

Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550.000 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) + 2,52% para os subcréditos A e B e TLP (IPCA + 3,10%) + 2,12 para o subcrédito C.

Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505.000 (três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros.

Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237.447 (oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES.

Os subcréditos A e B serão pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042.

Em 19 de junho de 2020 a Companhia recebeu o primeiro desembolso relativo ao subcrédito “C” no valor de R\$ 1.107.735 (um milhão, cento e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais) junto ao BNDES

O subcrédito “C” será pago em 199 (cento e noventa e nove) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencida em 15 de abril de 2022 e a última vencerá em 15 de outubro de 2038.

c. Debêntures

Em 25 de junho de 2021 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com desembolso em 2 de julho do mesmo ano no valor de R\$ 1.100.000.000 (um bilhão e cem milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2021 com o término em 15 de dezembro de 2034.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,8304% a.a.

As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

d. Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- Constituição de contas centralizadora e reserva para cumprimento do serviço da dívida.
- Garantia corporativa da SGBH até completion físico-financeiro do projeto. Mediante o *completion* físico e financeiro, a garantia fidejussória adicional atrelada ao financiamento junto ao BNDES foi liberada em fevereiro de 2022 e a garantia fidejussória adicional atrelada à 7ª emissão de debêntures da Companhia foi liberada em abril de 2022.

As garantias prestadas no âmbito do contrato do BNDES permanecem válidas.

e. Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato de Financiamento com o BNDES e Escritura da 7ª emissão de debêntures da Companhia. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, que deve ser igual ou superior a 1,3.

Os covenants são calculados a partir do balancete regulatório conforme contrato do BNDES. Com a reapresentação da Companhia, não houve impacto no índice calculado. Abaixo está o cálculo do índice para o período de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2023
A) Geração de Caixa	1.390.336.057
(+) EBITDA	1.453.885.177
(-) Pagamento de IR + CS	(63.549.120)
B) Serviço da Dívida	662.108.591
(+) Amortização de dívida	303.917.193
(+) Pagamento de juros	358.191.399
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	2,1

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

(+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR	545.882.116
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	594.743.658

(+/-) Resultado de equivalência	-
(+) Depreciações e amortizações	313.259.403
(+/-) Perdas (desvalorização) por <i>Impairment</i>	-
(+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis	-

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato deve ser igual ou superior a 20%, com base no balanço regulatório, conforme cálculos abaixo:

	31/12/2023
Patrimônio Líquido (A)	1.879.993.166
Ativo Total (B)	8.649.820.150
Índice de Capitalização (A/B) (i)	22%

- (i) O atingimento do Índice de Capitalização igual ou acima de 20% é um dos critérios para o pagamento de dividendos acima de 25% do lucro líquido. Não sendo atendido, quaisquer pagamentos acima do limite indicado só poderão ocorrer após avaliação e anuência do credor. O Índice de Capitalização não foi atendido no período de 31 de dezembro de 2022, tendo recuperado seu patamar acima dos 20% para o período de 31 de dezembro de 2023.

f. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2022	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2023
BNDES	5.375.030.151	545.298.256	(298.244.179)	(278.314.425)	-	5.343.769.804
Debentures	1.197.114.877	117.132.653	(59.947.220)	(25.602.768)	2.085.490	1.230.783.031
Total	6.572.145.028	662.430.909	(358.191.399)	(303.917.193)	2.085.490	6.574.552.835

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2022
BNDES	5.318.249.901	622.854.638	(300.489.371)	(265.585.017)	-	5.375.030.151
Debentures	1.134.234.766	125.172.209	(58.215.567)	(6.136.898)	2.060.367	1.197.114.877
Total	6.452.484.667	748.026.847	(358.704.938)	(271.721.915)	2.060.367	6.572.145.028

g. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	<u>Total</u>
2025	345.742.101
2026	358.645.400
2027	365.096.254
2028	390.902.379
2029 - 2042	4.779.404.843
	<u>6.239.790.977</u>

13 Impostos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL diferidos	(1.464.730.288)	(1.255.893.039)
IRPJ e CSLL Diferidos Ativo (prejuízo fiscal)	46.179.294	106.138.916
IRPJ Diferido Passivo	(1.110.962.928)	(1.001.494.085)
CSLL Diferida Passiva	(399.946.654)	(360.537.870)
PIS e COFINS diferidos	(1.195.045.849)	(1.173.431.151)
PIS Diferido Passivo	(213.170.341)	(209.314.746)
COFINS Diferido Passivo	(981.875.508)	(964.116.405)
	<u>(2.659.776.137)</u>	<u>(2.429.324.190)</u>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2022	106.138.916	(2.535.463.106)
Efeitos reconhecidos no resultado PIS e COFINS diferidos	-	(21.614.697)
Efeitos reconhecidos no resultado IRPJ e CSLL diferidos	(59.959.622)	(148.877.628)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>46.179.294</u>	<u>(2.705.955.431)</u>
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	144.089.623	(2.374.441.311)
Efeitos reconhecidos no resultado PIS e COFINS diferidos	-	(22.169.003)
Efeitos reconhecidos no resultado IRPJ e CSLL diferidos	(37.950.707)	(138.852.792)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>106.138.916</u>	<u>(2.535.463.106)</u>

14 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	-	770.502
Trabalhistas (i)	1.647.720	1.842.167
Fundiário (ii)	206.015	-
Fiscais (iii)	387.937	194.018
	<u>2.241.672</u>	<u>2.806.687</u>

- (i) A exposição trabalhista provável é resultado do risco de exposição de 18 casos trabalhistas em curso, em sua maioria casos de ex-funcionários de terceiros e prestadores de serviço, o caso mais relevante é o processo 0011204-52.2022.5.03.0134, atualmente com uma exposição de risco de R\$ 1.116.712 (um milhão, cento e dezesseis mil, setecentos e doze reais), esse processo está em fase recursal com decisão parcialmente negativa em desfavor da companhia.
- (ii) A exposição fundiária decorre do processo 5001728-98.2022.8.13.0028 que envolve a indenização por uma constituição de servidão administrativa, o processo está em vias finais, com a empresa já tendo garantido a execução.
- (iii) A exposição dos casos fiscais é decorrente de 2 procedimentos administrativos no estado do Pará, 812018510000907-7 e 812018510000915-8, que somados possuem o risco de R\$ 18.246 (dezoito mil, duzentos e quarenta e seis reais) em 31/12/2023 e em 31/12/2022 e da execução fiscal 0001221-03.2019.8.27.2725 que possui valor envolvido de R\$ 369.691 (trezentos e sessenta e nove mil, seiscentos e noventa e um reais) em 31/12/2023 e 31/12/2022; todos os casos estão em fase recursal.

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Fundiárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	770.502	1.842.167	194.018	-	2.806.687
Adições e reversões, líquidas (i)	(590.502)	(170.942)	130.879	206.015	(424.550)
Atualizações monetárias	-	7.395	63.040	-	70.435
Pagamentos (ii)	(180.000)	(30.900)	-	-	(210.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	1.647.720	387.937	206.015	2.241.672
		Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		525.272	1.402.919	-	1.928.191
Adições e reversões, líquidas (ii)		210.466	390.690	170.000	771.156
Atualizações monetárias		34.764	48.558	24.018	107.340
Saldo em 31 de dezembro de 2022		770.502	1.842.167	194.018	2.806.687

- (i) As adições ocorrem em virtude da mudança de prognóstico do processo 5001728-98.2022.8.13.0028 que passou a ter risco provável no valor de R\$ 206.015 (duzentos e seis mil e quize reais). As reversões decorrem do encerramento do processo 5001007-83.2021.8.13.0028 e da alteração de prognóstico dos processos: 0003658-16.2020.8.27.2714, 0006028-97.2019.8.19.0006 e 0024422-25.2018.8.13.0534 que deixaram de ser prováveis.
- (ii) Os pagamentos são referentes a realização de acordo no processo cível 0006028-97.2019.8.19.0006 e ao pagamento das condenações trabalhistas nos processos 0010444-02.2021.5.03.0179, que discutia questões relacionadas a reconhecimento de vínculo de PJ, 0000156-88.2021.5.08.0103 e 0000045-70.2022.5.08.0103, que foram movidos contra terceiros com a inclusão da XRTE no polo passivo e com condenação subsidiária..

Contingências possíveis (não provisionados)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, servidões, trabalhistas, fiscais e ambientais, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis (i)	768.098	824.898
Fundiárias (ii)	-	10.000
Trabalhistas (iii)	435.334	1.178.437

Fiscais (iv)	10.803.251	8.577.456
Ambientais (v)	557.974	418.500
	12.564.657	11.009.291

- (i) **Processos Cíveis**–. Tratam-se de sete ações judiciais nas quais se discute cobrança e obrigações contratuais. A redução do valor de exposição se deve ao encerramento dos processos 0008772-61.2020.8.27.2737 e 0019808-27.2020.8.27.2729 e a mudança de prognóstico para Remoto do processo 0013892-50.2018.8.13.034.
- (ii) **Fundiárias** – A redução se deve a alteração de prognóstico para remoto do processo nº 0000173-43.2016.8.19.0039, do Rio de Janeiro, na qual se discute a constituição de servidão de passagem para implantação de torres destinadas a suportar linhas de transmissão de energia elétrica.
- (iii) **Processos Trabalhistas** – O risco é composto por reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados internos e de Companhias terceirizadas, nas quais se discute o pagamento de verbas contratuais legais e seus reflexos. A redução decorre do encerramento de dez processos trabalhistas.
- (iv) **Processos Fiscais** – Referem-se a cobranças de ISS e ICMS apresentadas por Municípios decorrentes principalmente da implantação de torres nas referidas localidades e que não são reconhecidas pela companhia. As principais ações nas quais esses temas são discutidos são as seguintes: Processos número 0000470-05.2022.8.27.2727, no valor de R\$ 2.038.750 (dois milhões, trinta e oito mil, setecentos e cinquenta reais) em 31/12/2022 e R\$ 2.314.797 (dois milhões, trezentos e quatorze mil, setecentos e noventa e sete reais) em 31/12/2023, 0001047-85.2019.8.27.2727, no valor de R\$ 1.693.955 (um milhão, seiscentos e noventa e três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais) em 31/12/2023 e 31/12/2022, e 0001160-39.2019.8.27.2727, no valor de R\$ 580.595 (quinhentos e oitenta mil, quinhentos e noventa e cinco reais) em 31/12/2023 e 31/12/2022 do Estado do Tocantins. A maior variação refere-se a um caso administrativo específico (Processo Administrativo nº 17227.720011/2022-71), decorrente de Auto de Infração lavrado objetivando a exigência fiscal de CIDE-Remessas, com valor de exposição de R\$ 3.707.667 (três milhões, setecentos e sete mil, seiscentos e sessenta e sete reais). O procedimento encontra-se em fase inicial e a Companhia apresentou defesa, com documentos, impugnando o lançamento e todo o fundamento utilizado pelo Agente Fiscal para fundamentar a lavratura do referido Auto de Infração. O aumento dos valores de exposição decorre de atualização monetária.
- (v) **Processos Ambientais** - A Companhia foi autuada administrativamente por, supostamente, ter deixado de atender condicionante da Licença de Instalação n.º 1180/2017, bem como teria constado informação equivocadas no Relatório do Subprograma de Afugentamento, Resgate e Soltura de Fauna, apresentado no âmbito do processo de licenciamento ambiental. Os principais casos nos quais se discute os temas aqui referidos são os seguintes: processo número 02015.004529/2019-87, 02015.004527/2019-98, 02015.004525/2019-07 e 02015.004526/2019-43, todos do Estado de Minas Gerais. O valor total envolvido nestes principais processos atualizado é de R\$ 557.973 (quinhentos e cinquenta e sete mil e novecentos e setenta e três reais) em 31/12/2023 e R\$ 403.500 em 31/12/2022.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2023 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.291.001.000 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil reais).

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2023 e 2022
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, reserva de incentivos fiscais e pagamento de juros sobre capital próprio, ficando disponível o montante de R\$ 2.161.618.126 (dois bilhões, cento e sessenta e um milhões, seiscentos e dezoito mil, cento e vinte e seis reais) e R\$ 1.619.407.885 (um bilhão, seiscentos e dezenove milhões, quatrocentos e sete mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), respectivamente, na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros, conforme determinação dos Acionistas de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada.

d. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui direito ao benefício fiscal conferido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que permite a redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) calculados sobre a metodologia denominada “Lucro da exploração”. Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do Despacho Decisório nº 103/2021/EBEN-DEVAT07/DRF/NIT de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020.

Conforme determina a legislação, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi no montante R\$ 58.250.460 (cinquenta e oito milhões, duzentos e cinquenta mil e quatrocentos e sessenta reais) em 31 de dezembro de 2022. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 131.380.715 (cento e trinta e um milhões trezentos e oitenta mil, setecentos e quinze reais).

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	778.850.170	572.612.767
Reserva legal (5%)	<u>(38.942.509)</u>	<u>(28.630.638)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>739.907.661</u>	<u>543.982.129</u>

Dividendo mínimo obrigatório (ii)	7.399.077	5.439.821
Juros sobre capital próprio (i)	(15.508.132)	(20.677.509)

- (i) O Juros sobre o Capital Próprio (JCP), foi calculado sobre o Patrimônio Líquido da Companhia com base na aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die, conforme determina a Lei nº 9.249/1995, e aprovado pelos acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14/12/2022.
- (ii) Devido o valor da distribuição de JCP ter sido superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2023.

Foram efetuadas as aprovações de pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos que foram pagos ao longo de 2023 e 2022 conforme demonstrado abaixo:

Órgão aprovador	Data	Dividendos pagos em 2023	Dividendos pagos em 2022	JCP Líquido pago em 2023	JCP Líquido pago em 2022	Valor do IR s/ JCP
RCA	27/03/2022	-	650.000.000	-	-	-
RCA	24/05/2022	-	330.241.292	-	-	-
RCA	01/12/2022	-	32.312.298	-	-	-
AGE	14/12/2022	-	-	-	17.575.883	3.101.626
RCA	20/07/2023	109.059.033	-	-	-	-
AGE	21/12/2023	-	-	13.181.912	-	2.326.220
	Total	109.059.033	1.012.553.590	13.181.912	17.575.883	5.427.846

16 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional bruta	2.044.489.709	1.879.123.307
Receita de operação e manutenção (i)	306.465.060	284.772.342
Remuneração do ativo de contrato (ii)	1.565.794.510	1.535.749.496
Outras receitas (iii)	172.230.140	58.601.469
Deduções da receita operacional	(210.647.287)	(193.486.573)
PIS e COFINS correntes	(167.473.856)	(151.680.351)
PIS e COFINS diferidos	(21.614.698)	(22.169.003)
P&D	(16.217.847)	(14.681.409)
TFSEE	(5.340.886)	(4.955.810)
	1.833.842.423	1.685.636.734

- (i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção.
- (ii) Aumento devido a variação do saldo do ativo contratual sobre o qual é calculada a remuneração.
- (iii) A conta de outras receitas é composta pelo diferencial de inflação entre a RAP utilizada no modelo da adoção e a RAP do ciclo atual. Sendo assim, à medida que são realizadas inflações superiores ou inferiores à inicialmente projetada, o resultado do exercício pode aumentar ou diminuir quando comparado ao total do ano anterior, visto que o impacto do diferencial inflacionário é cumulativo;

17 Custo da operação

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(56.635.431)	(43.363.947)
Material	(7.756.434)	(6.204.161)
Serviços de terceiros	(20.611.997)	(23.346.670)
Arrendamentos e aluguéis	(1.672.357)	(1.870.233)
Seguros	(6.260.020)	(6.184.641)
Tributos	(339.934)	(404.049)
Custo de operação e manutenção (ii)	(17.305.823)	(26.666.944)
Outros	(7.144.421)	(7.695.650)
	<u>(117.726.417)</u>	<u>(115.736.294)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a inclusão da Companhia no Rateio 699 e aumento na despesa de bônus devido melhores resultados no Programa de KPI e contratação de novos colaboradores no final de 2022.
- (ii) Variação refere-se substancialmente à construção de galpões em 2022 para Almojarifado com estrutura em concreto Pré-Moldado e/ou Metálica e construção de área coberta para estacionamento de veículos para as 10 sedes de manutenção e operação ao longo das linhas de transmissão da XRTE e compra de equipamentos de informática.

18 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal (i)	(47.489.840)	(29.682.636)
Materiais	(1.249.489)	(743.753)
Serviços de terceiros	(6.196.251)	(4.401.440)
Arrendamentos e aluguéis	(2.585.250)	(2.662.207)
Provisão (ii)	(2.057.568)	(9.349.890)
Tributos	(196.683)	(64.175)
Depreciação e amortização	(690.926)	(680.802)
Seguros	(27.238)	(31.080)
Taxas bancárias	(393.521)	(364.191)
Telecomunicação	(399.194)	(529.090)
Despesas com viagens	(755.186)	(368.995)
Outros	(2.801.656)	(2.051.712)
	<u>(64.842.802)</u>	<u>(50.929.971)</u>

- (i) A variação observada decorreu da inclusão das empresas XRTE e STE no cálculo da Resolução 699 em julho de 2022, conforme detalhado na explicação contida na nota 21;
- (ii) Variação refere-se substancialmente a provisão para perda de crédito esperada (PCE) referente ao AVC complementar do grupo Quinturará de junho/2022 ainda não recebidos.

19 Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira	<u>72.041.284</u>	<u>44.898.747</u>
Receitas de aplicações financeiras (i)	67.570.003	46.743.999
Outras receitas financeiras	7.987.801	345.065
Tributos sobre receitas financeiras	(3.516.520)	(2.190.317)
Despesa financeira	<u>(666.784.942)</u>	<u>(754.164.004)</u>
Juros sobre empréstimos - terceiros	(357.445.486)	(360.869.282)

Atualizações TJLP (ii)	(249.481.925)	(322.195.543)
Variações monetárias	(57.588.973)	(67.048.466)
Multas e acréscimos moratórios	(333.998)	(194.412)
IOF, comissões e taxas	-	(860)
Outras despesas financeiras	(1.934.560)	(3.855.441)
	<u>(594.743.658)</u>	<u>(709.265.257)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente ao aumento das aplicações em CDB/CDI ao longo do ano de 2023 devido a disponibilidade de caixa, para maiores detalhes vide nota explicativa 6.
- (ii) Valor se refere à atualização do empréstimo do BNDES. A Redução do saldo se deu devido à redução do IPCA sobre o qual a TJLP é atrelada.

20 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (lucro real)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.053.202.217	837.059.440
Adições/Exclusões não dedutíveis	15.366.711	32.713.552
Ajustes ICPC 01	(464.920.541)	(446.254.616)
Doações e subvenções para investimento	-	(29.469.036)
Juros s/ Capital Próprio	(15.508.132)	(20.677.509)
Outros	(2.327.501)	(1.779.192)
Lucro Real	<u>585.812.755</u>	<u>371.592.639</u>
Compensação PF/BN (30%)	(178.552.652)	(111.477.792)
Lucro Real (Após Compensação)	<u>407.260.102</u>	<u>260.114.847</u>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(101.791.026)	(65.004.712)
Inc. Fiscais	73.329.064	883.963
IRPJ devido (25%)	<u>(28.461.962)</u>	<u>(64.120.749)</u>
CSLL (9%)	<u>(37.052.836)</u>	<u>(23.522.425)</u>
IR e CS correntes	(65.514.797)	(87.643.174)
IR e CS diferidos	(208.837.250)	(176.803.499)
	<u>(274.352.047)</u>	<u>(264.446.673)</u>
Alíquota efetiva	26%	10,5%

21 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

21.1 Ativo

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	<u>424.663</u>	<u>722.878</u>

Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	412.097	720.489
Intercompany BMTE - despesas de pessoal	12.566	-
Intercompany ETEE - despesas de ISS	-	2.389

21.2 Passivo

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - partes relacionadas	19.478.332	29.241.680
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	18.716.924	18.480.272
Serviços de engenharia CET Brazil (ii)	718.808	10.718.808
Serviços de engenharia XPTT Brasil	42.600	42.600

21.3 Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado - partes relacionadas	68.535.602	30.530.722
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	70.915.689	34.411.637
Serviços de engenharia SGSE (iii)	-	(1.063.691)
Aluguel (iv)	(2.380.087)	(2.817.224)

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. Em abril de 2022, através do despacho Nº 1.075 a ANEEL autorizou a inclusão das empresas XRTE e STE no contrato de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e de Recursos Humanos. Em julho de 2022, o Grupo assinou o contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas a variação do período é referente a maior apropriação decorrente a um maior período de aplicação da norma.
- (ii) A movimentação é decorrente da baixa da retenção contratual referente a prestação de serviços de engenharia prestados pela CET Brazil.
- (iii) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos, estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia, assim como serviços de consultoria e gerenciamento de projeto especializado em P&D. Em Dezembro de 2021 a Companhia assinou contrato com a SGSE para a prestação de serviços especializados de consultoria e gerenciamento de P&D para os exercícios de 2022 a 2023.
- (iv) Saldos refere-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

21.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	6.270.319	2.546.563
Benefícios diretos e indiretos	1.057.610	414.525

Encargos	3.075.819	1.144.937
Provisões (13 salário, férias e bônus)	3.952.174	2.399.438
Valor total da remuneração (i)	14.355.922	6.505.463

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus. Variação refere-se substancialmente a variações na remuneração de expatriados.
- (i) Variação refere-se a inclusão das controladas XRTE e STE no rateio 699 no exercício de 2022 em julho o efeito do rateio em 2023 é superior ao de 2022, para mais detalhes vide nota 21.

22 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Exceto conforme detalhado no item 22.1 a seguir, a Companhia considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros, não diferem dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	534.300.930	192.153.812
Títulos e valores mobiliários	8	391.481.263	160.422.521
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - partes relacionadas	21	424.663	722.878
Concessionárias e permissionárias	7	193.787.114	162.340.592
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	11	106.898.623	158.987.324
Fornecedores - partes relacionadas	21	19.478.332	29.241.680
Empréstimos e financiamentos	12	6.574.552.835	6.572.145.028

22.2 Instrumentos financeiros que são exigidas divulgações do valor justo

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

Saldo contábil: R\$ 1.230.783.031
Cálculo valor justo: R\$ 1.139.930.000

A Companhia considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, aproximam-se dos seus valores justos.

22.3 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalente	6	534.300.930	192.153.812
Títulos de Valores Mobiliários	8	391.481.263	160.422.521

Contas a receber partes relacionadas	21	424.663	722.878
Concessionária e Permissionárias	7	193.787.114	162.340.592

Passivos Financeiros

Empréstimos e financiamentos - Terceiros	12	6.574.552.835	6.572.145.028
--	----	---------------	---------------

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

24 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por

montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade civil	Risco civil	30.000.000	30.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	5.372.083.000	5.414.633.000
Veículos	Carros	10.136.115	10.454.787
Equipamentos	Equipamentos	12.445.449	11.065.862
		5.424.664.564	5.466.153.649

25 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar em 31/12/2023 refere-se ao montante total de R\$ 1.421.799 (um milhão, quatrocentos e vinte e um mil setecentos e noventa e nove reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
SGBH(8)-PM-2021-4351	Bureau Veritas	Inspeção	28/08/2021	728.586
		Contrato para elaboração e construção de 10 (dez) instalações / sedes e sub-sedes de manutenção e operação		
XRTE-ENG-2018-0547	ACX ENGENHARIA LTDA		31/10/2018	100.000
XRTE-ADM-2019-0985	DORACI MARIA FAIZ KUSTER LACUS SERVICE LOCAÇÃO	Contrato aluguel apto chineses em Altamira	30/09/2020	18.928
XRTE-AD-2021-3908	EIRELI	Contrato serviço de limpeza SS Xingu	08/03/2021	163.219
XRTE-AD-2021-4164	J. S. SOARES TRANSPORTES LTDA	Contrato serviço de transporte SS Xingu	03/11/2021	221.485
XRTE-UHV-2021-4172	BIRD SOLUTIONS E TECNOLOGIA - EIRELI	Contrato de locação de repetidoras para SS Xingu	12/11/2021	35.000
XRTE-UHV-2021-4473	WECOM COM DIST E SERV EM TEC DA INFORMACAO S.A.	Contrato de fornecimento de byne table	16/12/2021	154.581
				1.421.799

Cronograma de vencimento	Em R\$
2024	1.421.799
	1.421.799

* * *

Sun Tao
Procurador

Yesheng Wang
Vice Presidente

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2